

Saturnino quer debate sobre FMI

No Rio, o senador reeleito Roberto Saturnino (PDT) concentrará sua atuação, mais uma vez, nas críticas ao modelo econômico do governo, e, a partir deste ano, "com mais razão ainda", diante da ida do País ao Fundo Monetário Internacional, que considera possível impedir, "através de uma ampla mobilização popular e de uma forte pressão sobre o governo, a partir do Congresso". A presença de Saturnino no Senado, para liderar esse movimento, custou-lhe, até mesmo, a concretização do sonho de ser o prefeito do Rio de Janeiro, cargo que já lhe tinha sido reservado pelo governador Leonel Brizola.

Ao confirmar a informação, o senador disse que aceitara a nova missão, "não apenas porque é um tema ligado a minha formação profissional, como também, e principalmente, porque a crise econômica é, de longe, o tema mais importante que se oferece hoje aos brasileiros". Ele afirmou que, como tudo indica, o ano parlamentar deverá abrir-se com a ida do Brasil ao FMI, pois "iremos enfrentar uma crise sem precedentes em nossa história, se não suspendermos aquela decisão".

O senador fluminense está convencido de que isso é possível: "Trata-se de uma decisão grave demais para que a aceitemos, impassivelmente, como um fato consumado. Seria, no caso do Congresso, uma autodemissão, se não reagisse. O que temos a fazer — e é a minha proposta — é recorrer à moratória, à suspensão do pagamento das dívidas, até que os credores concordem com o reescalonamento, em termos de prazos, juros e carência".

Politicamente, Saturnino espera um ano de "grande efervescência", por isso Brizola confiou-lhe a missão de exercer uma liderança também nesse campo. Ex-deputado pelo extinto Partido Socialista, de 62 a 66, senador pelo MDB, de 74 a 82, antes de reeleger-se, em 15 de novembro, ele é considerado um parlamentar com suficiente experiência para conduzir, em Brasília, as questões políticas que mais de perto interessam ao PDT, sobretudo durante a provável fase de transição para um novo Partido Socialista.

Processado 42 vezes, quer como político quer como jornalista, por posições assumidas em defesa do interesse público, e tendo sido impugnado em 74 quando candidato a deputado federal, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, são itens currículo do senador eleito pelo Amazonas, Fábio Pereira de Lucena Bittencourt, 42 anos, que também foi o vereador mais votado em Manaus, há dez anos. Promete ter uma atuação no Congresso em dois níveis — nacional e regional —, defendendo o programa partidário até o objetivo final, que é a convocação de uma Assembleia Constituinte, além de adotar uma posição radical contra a política social do governo, que considera "ínfima, desumana e antipatriótica". A classe jornalística terá também sua atenção.

Como primeira medida no Senado, Lucena propôs que todos os cidadãos brasileiros tenham o direito de saber o que sobre eles consta nos órgãos de informações do País, acabando com o sigilo desses órgãos. Propôs, ainda, o fim da Lei Falcão e uma reforma profunda na Lei de Segurança Nacional. Exigirá o demonstrativo histórico do endividamento do Brasil e das causas; quer, também, informações sobre o montante dos recursos provenientes das exportações brasileiras, desde 64 destinadas ao pagamento do serviço da dívida externa brasileira. A criação do salário móvel para que a inflação não

continue a corroer os ganhos do trabalhador será proposta também, como a estabilidade do emprego e o rigorosa aplicação do FGTS, sobretudo quanto à habitação popular, com juros módicos e sem correção monetária.

A nível regional, o senador Fábio Lucena pretende a restauração do artigo 99 da Constituição de 46, que obrigava a União a aplicar na Amazônia quantia não inferior a 3% de sua receita tributária.

Já Roberto de Oliveira Campos, senador eleito por Mato Grosso, declarou em Cuiabá, momentos antes de sua diplomação, que um de seus primeiros trabalhos será o aperfeiçoamento do sistema eleitoral para torná-lo "mais ágil e dinâmico". Ele acredita que, com a implantação do sistema misto de voto distrital, o voto legenda será o essencial, para essa modificação.

Outra prioridade de Roberto Campos será trabalhar na revisão do Código Tributário, pois foi um dos legisladores — em 1967, na sua primeira formação — das regras, discriminação de rendas e disciplinas tributárias. Segundo ele, desde então esse código sofreu uma regressão centralista. "É necessário novamente descentralizar as receitas e a essa tarefa me dedicarei", frisou.



Guilherme Palmeira

Arquivo

A nível de Estado, declarou que trabalhará para o desenvolvimento de Mato Grosso, apoiado ainda no binômio transporte-energia. "Logicamente que o Estado tem necessidades na área social e a ela me apegarei também, mas darei prioridade a esse binômio, que é o mais relevante para o avanço econômico de Mato Grosso, do qual depende o avanço social, pois este não pode ser realizado sem uma base econômica e sólida", enfatizou.

Sobre a crise econômica que o País vive no momento, ele disse que sua administração, destacando a dívida externa, é essencialmente uma responsabilidade do Executivo. "O que o Legislativo pode fazer é agilizar a dotação de instrumentos legais que auxiliem a solução", acrescentou.

Afirmou também que, a propósito de sua experiência passada, em nível executivo, é possível que seja chamado a contribuir com conselhos e opiniões, mesmo antes da procuração legislativa,

e certamente gostaria de colocá-la a serviço do próprio Executivo.

O senador eleito pelo Rio Grande do Sul, Carlos Alberto Chiarelli, tem uma prioridade imediata no início da próxima legislatura: conseguir a aprovação dos mais de 20 pedidos do governo gaúcho de autorização para contrair empréstimos internos e externos e emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro pendentes no Senado há vários meses. Esses recursos, pleiteados também por muitos municípios, servirão tanto para equilibrar as frágeis finanças do Estado como para realizar uma série de obras — estradas, hospitais, e escolas.

É intenção do novo senador unir-se ao biónico Tarsos Dutra. Também do PDS gaúcho, a fim de encontrar meios para superar a obstrução de votações feita pela oposição no ano passado. Caso não seja possível convencer os opositoristas a aprovar os pedidos de empréstimo, Chiarelli deseja que o próprio PDS dê quórum para as votações, já que tem maioria na Casa.

A reforma tributária e constitucional, e "um tratamento efetivamente diferenciado para o Nordeste", são as propostas que o senador eleito por Alagoas, Guilherme Palmeira (PDS), vai levar ao Senado. Em sua opinião, o sistema federativo no País "foi punido", devido à irresponsabilidade de alguns políticos antes de 64, "mas hoje a realidade é diferente e exige uma reforma".

Essa posição, segundo, o senador alagoano, será sua principal bandeira no Congresso, "pois é uma extensão das minhas posições como governador". Palmeira chegou a admitir que há, no Nordeste, "um movimento separatista", embora discorde. "Não concordo, pois o momento é para unir, mas não posso negar que esse sentimento existe".

Autor do projeto de "conciliação nacional" — idéia que ninguém entendeu ainda por falta de boa explicação —, Carlos Alberto de Souza, o novo senador pelo Rio Grande do Norte é um ex-radicalista de 37 anos que começou sua carreira política em 72, elegeu-se vereador em Natal, pelo MDB. Ligado então a Aluizio Alves, Carlos Alberto passou na eleição seguinte a deputado estadual e depois tornou-se deputado federal, na mais meteórica carreira registrada no Estado, para um político sem tradição familiar. Ele começou a interessar-se pela política quando era locutor oficial do MDB. Sua rápida ascensão deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: sua grande popularidade conseguida no rádio e a ligação com Aluizio Alves, de quem divergiu em 78, quando este, embora ligado ao MDB, apoiou o candidato da Arena ao Senado, Jessé Freire.

A reformulação partidária levou Carlos Alberto a transferir-se do MDB para o PTB, daí para o PDT, para o PMDB e, finalmente, para o PDS.

João Calixto Lobo, eleito pelo PDS do Piauí, não tem planos definidos para sua atuação no Senado, mas afirma que vai lutar para que o Piauí tenha participação mais efetiva na vida nacional, recebendo o mesmo tratamento dispensado aos outros Estados da Federação. Seu pensamento é, também, trabalhar para eliminar os "boisões de miséria" existentes no País, particularmente no Nordeste.

Engenheiro civil formado em 1950, no Rio de Janeiro, João Lobo é da cidade de Florianópolis e entrou para a política elegeu-se deputado estadual em 1962, pela UDN, partido que, no mesmo ano, elegeu Petrônio Portella para o governo do Estado.